

# A Falange intelectual: a Falange excepcional

INÊS ESPADA VIEIRA \*

*Aquel quindenio negro hubiese sido peor sin la contribución  
de lo que fue la versión mejor del fascismo español,  
esos falangistas con lecturas y algunas ideas propias.*

Jordi Gracia, *La resistencia silenciosa*

*[...] no hay hombres de una pieza y [...] quien,  
en materia humana, juzga simplificando, se equivoca.*

Dionisio Ridruejo, *Casi unas memorias*

*De ahí que los nombres que [...] hemos citado  
encarnaran la Falange excepcional.*

Ruiz Carnicer, «La cultura del poder»

Madrid, 1973. O fotógrafo Nicolás Muller prime o botão da sua câmara e imortaliza a reunião de sete homens, de traje e gesto elegantes. A calvície e a pose denunciam a idade madura, mas o sorriso franco insinua a juventude de espírito. A fotografia dos «Sete Magníficos» (cf. Vega Díaz, 1984), «o Grupo de Burgos», reunido anacronicamente para celebrar um passado distante no tempo e na ideia, permite hoje fazer a memória intelectual da Espanha do século xx.

Entre outros que tiveram o seu papel na fervilhante e controversa vida pública da classe política e intelectual espanhola, os da fotografia são: Luis Felipe Vivanco (22/08/1907-21/11/1975), Luis Rosales (31/05/1910-26/04/1992), Rodrigo Uría (26/11/1906-16/09/2001), Dionisio Ridruejo (12/10/1912-29/06/1975), Pedro Laín

---

\* Assistente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e investigadora do CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

Entralgo (1908-2001), Gonzalo Torrente Ballester (13/06/1910-27/01/1999) e Antonio Tovar (17/05/1911-13/12/1984). Em 1973, quando a fotografia foi tirada, já os seus caminhos individuais se tinham separado, divergindo muitas vezes no espaço e no assunto, mas não tanto no espírito que, quarenta anos antes, os tinha juntado à volta de um projecto intelectual e político para Espanha.

Usamos a expressão «Grupo de Burgos» e referimo-nos a homens da «Geração de 36», tal como a definiu Gullón (1969)<sup>1</sup>, conscientes embora das limitações e da controvérsia da designação, que, no caso que estudamos, trata não só de uma geração de poetas, como de um grupo de jovens dedicados ao ensaio, ao drama, à narrativa, comprometidos politicamente, mas principalmente empenhados de forma genuína em reflectir sobre a pátria<sup>2</sup>, na senda do que as anteriores gerações de intelectuais tinham começado a fazer em seu momento.

Parece já quase da praxe pôr em causa a designação de *geração* literária ou poética. Discutem-se amiúde pormenores biográficos e históricos, esgrimindo argumentos retóricos que rapidamente se submetem à imperiosa necessidade humana de classificar e arrumar nas gavetas da memória um determinado tempo, um certo espaço, um mesmo espírito. Definir uma geração comporta não só a dificuldade de identificar e listar características específicas, como o embaraço de escolher nomes que mostrem esse património comum. E a discussão, longe de ser infrutífera ou despejada de interesse, não tem fim à vista, tal como se pode comprovar pelo relativo desencontro entre os escolhidos pelos distintos autores.

Num fundamental ensaio de 1969 (cf. Gullón, 1969: 7-19), Ricardo Gullón «acusou» Azorín de *inventar* a Geração de 98. Partindo dos estudos de Julius Petersen, historiador literário alemão que listou as características definidoras de geração literária<sup>3</sup>, Gullón mostrou a pouca solidez da designação de Azorín. Segundo o autor, é certo que o desastre de 1898 foi um acontecimento que afectou a criação literária espanhola, mas «de modo más accidental y superficial de lo aseverado por Azorín» (Gullón, 1969: 7), ao contrário do sucedido entre 1936-39. Num outro ensaio, incluído no mesmo volume, «La Generación de 1936» (cf. Gullón, 1969: 162-177), o autor reconhece que, apesar da consciência de que qualquer designação geracional exige uma certa cautela, há um grupo de escritores, nascidos entre 1906 e 1914, a quem a Guerra Civil, esse «acontecimiento desgarrador y cruel [...] marco al fuego» (*idem*: 162), independentemente do bando a que pertenceram os seus membros. Segundo Gullón, esta geração recusou «la división de los españoles en “vencedores y vencidos”, trazada, con voluntad de perpetuarla, por parte de uno y otro grupo» (*idem*: 164). Para identificar os nomes dos poetas e prosistas da Geração de 1936, o autor tem em consideração a idade, a dedicação à literatura na data-referência, a convivência, a publicação nos mesmos periódicos e a participa-

ção nas experiências da época integrados nos mesmos ciclos de acção (cf. *idem*: 166-167). Para Gullón, a geração de 1936 foi uma geração perdida (Gullón, 1969: 177) que «“empezó por no existir”. Muchachos aislados rompían tímidamente el fuego en distintos lugares» (*idem*: 168); Díaz Plaja falou de «Generación destruída», uma «promoción sacrificada» (cf. Díaz Plaja, 1966: 179). Trata-se apenas de alternativas para descrever uma mesma situação, em que a Guerra Civil se configura como acontecimento incontornável e condicionador de toda a produção intelectual durante e depois do conflito bélico: condicionador físico – pelas fronteiras geográficas que dividiram a Espanha, incluindo a *España peregrina y fugitiva* no exílio<sup>4</sup> – e também ético e moral – pelas fronteiras ideológicas que tiveram de separar os escritores (e não só) em dois bandos claramente opostos<sup>5</sup>.

Cada ser humano é membro de uma geração, vive e age na sua orteguiana *circunstância* e talvez por isso seja menos académico, mas certamente mais pacífico, quando nos referimos a esta lista de nomes ligados à acção cultural coordenada por Dionisio Ridruejo durante a guerra, a designação de «Grupo de Burgos», visto que se refere aos homens que estiveram efectivamente lá. Os tempos eram de guerra e o acaso ou a ilusão da esperança fez coincidir às portas de Burgos um grupo de jovens entusiasmados com o debate político que justificava o fascismo.

Quando, em 1958, Franco aprova os *Principios del Movimiento Nacional*, a Falange Española (FE) já estava muito longe – no tempo e nas ideias – do discurso fundacional de José Antonio Primo de Rivera no Teatro da Comédia em Madrid (29/10/1933)<sup>6</sup>. Embora o partido se tenha mantido durante toda a ditadura, já estabelecido o regime passou a ser conhecido como *Movimiento*, e essa mudança de designação foi o sinal definitivo do esvaziamento ideológico que, paulatinamente, o *antipartido* de José Antonio fora sofrendo, principalmente em face do poder do exército (cf. Payne, 2008: 337, e Penella, 2006: 345). Minoritário e quase marginal, do ponto de vista do apoio popular durante a República<sup>7</sup>, sobreviveu em tensão entre a direita monárquica e a católica e reaccionária de Gil Robles. Em 1934, a FE une-se às Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) de Ramiro Ledesma Ramos, apresentando-se oficialmente num acto realizado a 4 de Março em Valladolid. Com a elaboração dos 27 *puntos*, fica definido o programa político da *FE de las JONS*. A 19 de Abril de 1937, Franco assina o Decreto 255, dissolvendo todas as forças políticas e unindo-as, sem encontrar resistência, num único partido chamado Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS)<sup>8</sup>. Manuel Hedilla, chefe nacional da FE após o afastamento de José Antonio, foi surpreendido pela unificação e protestou perante Franco por não considerar como verdadeiros falangistas os nomes por ele propostos para a Junta Política do novo partido. Por consequência, Hedilla foi preso, acusado de diversos

crimes e condenado à morte (pena mais tarde comutada). Afastado Hedilla da chefia do partido<sup>9</sup>, o novo líder, vitorioso e situado por cima e à margem das anteriores fracturas da direita, torna-se o substituto político e mítico de José Antonio Primo de Rivera: aparentemente, a Espanha fascista tinha encontrado o chefe providencial há tanto tempo desejado, capaz de a conduzir numa nova e triunfante era.

Manuel Penella (2006) descreve ao pormenor o percurso empreendido por um partido fascista minoritário, sem expressão eleitoral de monta, que acaba por se tornar o partido único de um regime totalitário. «El nuevo Estado franquista se erigía en clave fascista» (Penella, 2006: 368), embora a sua relação – prática e ideológica – com o fascismo nem sempre tivesse sido assumida. A discussão sobre a originalidade do fascismo espanhol esteve presente desde os tempos da República nos discursos dos falangistas e no debate político, em que se argumentava a favor e contra a especificidade do movimento fascista. Mas não podemos pôr a disputa sempre ao mesmo nível, porquanto ela é de distinto cariz antes e depois da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, quando Franco empreende a árdua tarefa de *desfascizar* o regime, com vista à sua sobrevivência política na nova ordem mundial. «El falangismo siempre había vivido en medio de contradicciones considerables, todavía más que la mayoría de los movimientos fascistas, por su intento de incorporar cultural y espiritualmente el catolicismo» (Payne, 2008: 348). Um fascismo católico representava uma contradição aparente, que os falangistas espanhóis tiveram de resolver. «No había ideas católicas en el trasfondo filosófico del fascismo, sino un conglomerado de elementos específicamente incompatibles con la fe, desde el idealismo hegeliano hasta el vitalismo, pasando por el positivismo y el pragmatismo» (Penella, 2006: 19). Esta omnipresença do catolicismo no ideário e na prática fascista em Espanha haveria de caracterizar também o regime franquista.

Stanley Payne (2008) assinala que, embora em 1934 José Antonio tivesse deixado de utilizar em público o termo «fascista», «mientras fue un hombre libre nunca renunció a las metas fundamentales del fascismo» (Payne, 2008: 330). E estas metas, apesar da ideia joseantoniana do «movimento poético», estavam mais perto da expressão dramática do que do encanto do lirismo ou da efabulação narrativa. A História provou-o de forma inexorável, com a Guerra Civil e a *longa noite* do franquismo.

A história do fascismo espanhol, a que Stanley Payne chamou um caso estranho<sup>10</sup>, é uma história paralela à do falangismo, sendo que este foi a sua expressão autóctone, e José Antonio o seu líder.

José Antonio Primo de Rivera (1903-1936), filho do ditador Miguel Primo de Rivera, que, entre 1923 e 1930, governou Espanha, conheceu pessoalmente

Mussolini em Roma em 1923, numa deslocação em que acompanhou o seu pai. Os vinte anos do jovem aristocrata deslumbraram-se com o *Duce* e a faustosa enenação que o acompanhava, e a sua visita a Itália transformou-se numa espécie de viagem iniciática (Penella, 2006: 18) em que, pela via das paixões, se deu a sua primeira aproximação ao fascismo.

En el caso de José Antonio, la adscripción emocional al fascismo precedió a las consideraciones de orden intelectual. [...] Por vía especulativa, este joven de formación católica y de hábitos mentales rigurosos a duras penas habría podido convertirse en un fascista. (Penella, 2006: 19)

Depois do dramático afastamento do pai da governação, José Antonio encarou a sua missão política também como uma forma de reparar a memória do ditador e provar que o caminho por ele apontado, de haver sido apoiado, seria o correcto. Apesar de adulado por apoiantes incondicionais, entusiasmados pelo discurso do líder, o percurso político de José Antonio foi sinuoso, tal como o eram os complicados e instáveis meandros da política, e a sua acção nem sempre coerente, eficaz ou modelar. A notícia da sua morte, fuzilado no pátio da prisão de Alicante a 20 de Novembro de 1936<sup>11</sup>, foi ocultada durante muito tempo, de modo a não deixar esmorecer o entusiasmo dos seus apoiantes, e José Antonio transformou-se no *Ausente*<sup>12</sup>. Essa manipulação da sua figura num nível quase mitológico, de que a proclamação, em 1938, do dia 20 de Novembro como *Día de los Caídos* e a dramática transladação do corpo para o Escorial são expoentes máximos, serviu largamente os interesses do chefe totalitário, que construiu para a posteridade a memória de um herói improvável:

En vida, José Antonio Primo de Rivera no ejerció una gran influencia política. Sus innegables dotes personales se desperdiciaron, como se desperdió tanto en la España de los años treinta. Su aportación a la vida de España fue negativa y no hizo sino acelerar y magnificar el desastre nacional. Su fama y apoteosis fueron póstumas, y posiblemente no hubiera podido ser de otra forma. Lo más probable es que, de haber sobrevivido y alcanzado un mayor éxito, lo hubiera desacreditado del todo el resultado práctico de otro desastroso régimen fascista. Muerto, sin embargo, pudo ser objeto del más extraordinario culto al martirio existente en la Europa occidental contemporánea, culto que le garantizó una dilatada posición y un papel que no habría sido capaz de desempeñar en vida. (Payne, 2006: 330-331)

Já avançada a guerra, a 30 de Janeiro de 1938, Franco constituiu, em Burgos, o primeiro governo da Espanha Nacional, e Ramón Serrano Suñer é nomeado ministro do Interior. O jovem Dionisio Ridruejo era uma estrela em ascensão na

FE desde os tempos de José Antonio, e o brilhantismo retórico e o entusiasmo visceral com que abraçava as causas da *falange auténtica* tinham criado à sua volta uma aura de grande respeito. Por isso, não foi de estranhar que o novo ministro e velho camarada, que dera o Servicio Nacional de Prensa a José Antonio Giménez Arnau, o fosse chamar para liderar o Servicio Nacional de Propaganda.

Com Antonio Tovar à frente da Rádio, Juan Cabanas com a *Plástica*, García Viñolas e Goyanes na Cinematografía e Luis Escobar com o Teatro, as *Ediciones* ficaram a cargo de Pedro Laín Entralgo, que iniciou a construção do que seria mais tarde a Editora Nacional. A Laín juntaram-se, então, os seus «“amigos para siempre” Antonio Macipe, Luis Rosales, Luis Felipe Vivanco, Gonzalo Torrente Ballester y, más tarde, Carlos Alonso del Real y Melchor Fernández Almagro» (Juliá, 2002: 6).

Os individuais mapas de uma História comum fizeram coincidir em Burgos este grupo de jovens intelectuais, que, longe das frentes de combate que rasgavam a Espanha<sup>13</sup>, se configuraram como guarda avançada de um projecto intelectual que desse suporte teórico à bandeira nacionalista. Uma parte destes nomes vinha de Pamplona, Navarra, onde, sob a direcção do padre Fermín Yzurdiaga, colaboravam na publicação da revista *Jerarquía*.

Na Burgos beligerante desembocaram trilhos tanto de lógica política como de afinidade pessoal, e as memórias dos protagonistas de antanho trazem para o presente histórias com certa aura mítica, como a que conta Gonzalo Torrente Ballester:

Un día de marzo, debía ser febrero o marzo del 37, nos encontramos en el claustro de la catedral de Salamanca [...] tres señores desconocidos entre nosotros, los tres intentando traducir una inscripción latina. Éramos Antonio Tovar, Laín Entralgo y yo. [...] Por Laín me acerqué al grupo «Jerarquía», que entonces estaba en Pamplona y que fue ocasión de que por primera vez yo publicara algo, y que escribiera en los periódicos. Al año siguiente este grupo se integró al de Dionisio Ridruejo, y ya desde entonces hicimos una amistad que no se limitó sólo a lo sentimental, sino muy hondamente a lo político. Este no era un grupo adicto, era un grupo sospecho, un grupo crítico. Dionisio estaba muy mal mirado por mucha gente, y los que estamos con él también. (Díaz, 1978: 9)

O relato do romancista é muito interessante, porque nos dá dados da geografia (Salamanca-Pamplona-Burgos), do modo como se ligaram e da sua posição perante a nova Falange de Franco, menos dedicada à revolução nacional sindicalista sonhada por José Antonio e mais preocupada com a vitória militar e a instauração de um novo Estado à imagem do novo líder. De uma forma mais sistemática, Dionisio Ridruejo conta como o encontro anterior com Laín Entralgo tinha sido breve, assim como os contactos com Rosales e Vivanco, e que Torrente Ballester lhe fora apresentado já em Burgos por Pedro Laín (cf. Ridruejo, 1976: 136).

A cronologia dos acontecimentos não levanta hoje muitas dúvidas. Além da documentação oficial guardada nos arquivos e do testemunho das hemerotecas, narrações como o do autor de *Javier Mariño* (1943) são frequentes em forma memorialística.

A bibliografia académica e de testemunho pessoal sobre a Guerra Civil e os anos que se seguiram é abundante. Republicanos e nacionais olham o passado e reflectem sobre essa herança pessoal e comum. Há investigações documentais e há relatos de actores, com papéis mais ou menos destacados na contenda. No entanto, é do lado dos vencedores que mais abundam os textos de retractação, exercícios de justificação que são um legado ao património da memória colectiva, mas que estão também muito perto da confissão íntima, uma espécie de diálogo introspectivo com o passado de si.

O afastamento dos ideais fascistas foi na maioria dos casos lento, vagaroso, tardio. Por vezes, sentimos estar perante uma sinceridade encenada, talvez legitimamente. E vemos uma certa aura mítica na forma como mais tarde, já não tão jovens, inocentes e entusiastas, os protagonistas de antes se descrevem uns aos outros e como descrevem o seu encontro. Escutamos um tom de efabulação que pode representar a sinceridade dos sentimentos e o filtro da distância que os fixou com determinados traços, independentemente dos factos objectivos daqueles anos. Afinal, se foi assim que quiseram ser lembrados, em certos aspectos podemos admitir que é também uma espécie de verdade<sup>14</sup>.

Sobre estes «Descargos, diarios y palinodias», reflecte Joaquín Juan Penalva (2001), num artigo em que percorre alguns dos mais importantes registos autobiográficos dos autores de 36. Para Penalva, estes autores, apesar de estarem do lado dos vencedores da guerra, acabaram por ser os vencidos do pós-guerra. Tendo-se «convertido en un estorbo para el régimen que ellos mismos habían ayudado a instaurar» (Penalva, 2001: 108-109), o franquismo não suportou o seu esforço de abertura intelectual nem a sua insistência num modelo de Estado que vinha sendo idealizado há muito.

Reconstruído o encontro, entendida a cronologia, cabe reflectir um pouco sobre a importância que estes homens tiveram na «invenção» de uma vida cultural e intelectual numa Espanha dilacerada pela guerra e pelas guerrilhas políticas que sempre opuseram várias facções, mesmo de uma direita unificada por decreto. A designação de Laín de *ghetto al revés* continua a ter considerável êxito, porque descreve o isolamento e a marginalização que estes intelectuais «oficiais» sofreram da parte daqueles que eles apoiavam<sup>15</sup>.

Tinham chegado a Burgos oriundos de vários lugares geográficos e mentais, e daí partiram, terminado o conflito fratricida, para a capital onde, durante algum

tempo, sonharam concretizar um projecto cultural integrador para a nova Espanha, de que a revista *Escorial*, fundada em 1940, foi o mais palpável exemplo. Com Ridruejo como director, e Laín como subdirector, os colaboradores de *Escorial*, um grupo «falangista puro, de esencias joseantonianas» (Juliá, 2002: 9), «[h]acían una revista cultural, nacida con y para el nuevo Estado, pero aspiraron a moderar la tenebrosa ignorancia del franquismo granítico» (Gracia, 2004: 224).

As primeiras décadas do século xx espanhol foram férteis em títulos de imprensa: revistas literárias, órgãos partidários, periódicos intelectuais... A imprensa foi o mais importante veículo de transmissão de ideias, de discussão pública, de debate ideológico. Todos os grupos – partidários, sindicais, literários, religiosos... – procuravam ter um título que fosse o difusor do seu ideário e permitisse ganhar adeptos para a causa. Para um grupo literário, a publicação de uma revista era como o cumprimento de um «acto ritual» (Gullón, 1969: 169) que de certa forma assinalava a sua existência formal, mas o mesmo acontecia para outros grupos e para a FE o domínio da imprensa foi um trunfo mostrado logo no início:

[...] Falange Española, que partía de una situación de clara desventaja respecto a otros sectores de la derecha, consiguió crear una poderosa plataforma periodística mediante la incautación de cabeceras de diversa orientación ideológica: *La Voz de Navarra* se convirtió en *Arriba España*, el *Diario de Aragón* en *Amanecer*, *El Día* y *La Voz de Guipúzcoa* de San Sebastián en *Unidad* y *La Voz de España*, respectivamente, y así muchas otras publicaciones. (Fuentes & Fernández Sebastián, 1997: 241)

A volumosa antologia de Gutiérrez Palacio (2005) *República, periodismo y literatura* e o minucioso estudo que a abre mostram até que ponto a imprensa representou um papel determinante no fervilhante debate público (político ou não) da Espanha do início do século xx.

A vida cultural e literária estava intimamente ligada à imprensa: «La llamada Edad de la Plata de la cultura española se manifiesta, también, en el esplendor de la prensa en las tres primeras décadas del siglo xx y especialmente durante el período republicano» (Gutiérrez Palacio, 2005: 21), podendo falar-se em muitos casos em *prensa literaria*<sup>16</sup>, sintagma que em Espanha serve para aglutinar o jornalismo exercido por escritores que encontravam nos periódicos um espaço privilegiado, senão mesmo único, de criação literária. Na presente antologia, visitam-se «[t]res generaciones de escritores en los periódicos de la Segunda República: 98, novecenismo (generación del 14) y 27» (*idem*: 41).

No estudo citado, o autor mostra como, apesar de ter tido um papel fundamental no surgimento do regime republicano, a imprensa de Madrid como *El Sol*, *El Liberal*, *El Heraldo*, entre outros títulos, tinha tiragens menores que os jornais



anti-republicanos como *ABC*, *El Debate* e *La Nación* (*idem*: 24). Apesar da proliferação de títulos afins aos vários partidos ou grupos ideológicos, a imprensa era dominada por grandes empresas, tal como descrito em Seoane e Sáiz (1996):

Todos los partidos del mosaico político, republicano y antirrepublicano, multiplicaron sus cabeceras y establecieron sus redes de prensa, pero la impresionante cantidad de títulos no debe hacernos olvidar el hecho de que los que se seguían llevando al agua el gato del lector y el anunciante eran los grandes periódicos de empresa procedentes del periodo anterior [...]. (Seoane & Sáiz, 1996: 408)

A Guerra Civil vai quebrar o ritmo das publicações<sup>17</sup>. Na imprensa, propagandística e dividida ideologicamente, a guerra foi contada em versões menos coincidentes com os factos do que com a ideologia do emissor da mensagem, e os «nossos» intelectuais reunidos em Burgos tiveram um papel fundamental como colonistas oficiais do regime.

Nos títulos da Espanha nacional, entre outras assinaturas igualmente «famosas» veremos as de Laín ou Torrente Ballester, que vão ser recorrentes, escrevendo artigos encomendados em Burgos, e logo propagados e reproduzidos em títulos afins por outras partes de Espanha. Assinavam e eram apresentados como «colaborador nacional»<sup>18</sup>. Fuentes e Fernández Sebastián destacam o «copioso periodismo de guerra promovido por los distintos servicios de propaganda o directamente por las propias unidades militares» (Fuentes & Fernández Sebastián, 1997: 242).

Ao serviço do novo governo de uma nova Espanha em construção, ainda esperançados no projecto fascista que vinham acariciando desde o tempo de José Antonio, os jovens *camisas viejas* e *camisas nuevas* de Burgos<sup>19</sup> lutaram com «las dos armas propias de los intelectuales: la escritura y la palabra» (Juliá, 2002: 6). Na verdade, eles tinham a palavra, mas não detinham o poder, porque, ainda assim, a força da palavra era bem menor do que a força das armas, de fogo ou de medo.

Ainda que não tenham sido soldados no campo de batalha, foram-no na imprensa nacional, sempre ao serviço da (nova) Falange e de Franco, seu líder. E esse mesmo espaço de acção público não era uma novidade, nem para os que nele participaram com os seus textos, nem para os mentores da estratégia de propaganda, herdeiros todos de uma jovem mas pujante tradição que vinha da ditadura e da república ainda moribunda e de que já falámos anteriormente. O «universo intelectual, moral y político» do fascismo não surgiu do nada.

Es evidente para cualquier lector agudo de la posguerra que sin *Acción Española*, revista que vive paralela al régimen republicano como su contrapunto elitista, tradicional, autoritario e introductor del fascismo en España, difícilmente se pueden entender muchas de las actuaciones políticas y culturales de la posguerra. (Ruiz Carnicer, 2001: 157)

A chegada do fascismo foi preparada na imprensa, antes e durante a guerra, e foi a imprensa também que celebrou a sua vitória, e que mais tarde disfarçaria a sua derrota. Nesta relação com a imprensa, os intelectuais tiveram um papel preponderante, pois foram eles que «explicaram» ao povo as virtudes da *nova* ideologia e da *nova* proposta de país. Os seus textos podem ler-se hoje como meros exercícios propagandísticos ao serviço de um guião preconcebido, com poucos méritos além dos da retórica<sup>20</sup>. No entanto, identificar estes nomes de que temos falado com «meros intelectuales orgánicos del régimen sería injusto para ellos» (Ruiz Carnicer, 2001: 161), pois a estes homens se deve o facto de, apesar de tudo, podermos hoje falar de cultura e intelectualidade no primeiro franquismo. Para Ruiz Carnicer, trata-se de pessoas

que contribuyeron a dar al bronco fascismo español, forjado en la guerra civil, sin liderazgo y con muy escaso bagaje propio, una pátina intelectual y de ambición teórica al configurarse como una «intelligentzia» falangista en el mediocre contexto de un régimen de cuartel y sacristía. (Ruiz Carnicer, 2001: 160)

Foram, apesar dos pesares, apesar do seu extremo comprometimento de que ainda hoje esses textos publicados em jornais e revistas oficiais, vinculados ao ideário fascista, são testemunho claro, foram, dizíamos, a «Falange excepcional» (Ruiz Carnicer, 2001: 161), com consciência própria, com uma legitimidade que, embora estando do lado errado das ideias e da História, lhes adveio da sinceridade com que abraçaram o projecto fascista. Com essa mesma sinceridade, às vezes titubeante nas opções, foram-se afastando do franquismo e procurando um novo e definitivo abraço a outras ideias que, nalguns casos, parecia que tardavam em chegar.

Ricardo Gullón, aqui já citado, definiu o intelectual como «la conciencia de su pueblo» que deve «ser crítica y no complaciente» (Gullón, 1969: 165). «Para Aranguren, el intelectual viene a ser un moralista y ha de alzarse necesariamente contra la injusticia» (Penalva, 2001: 110). Estas aproximações são insuficientes, mas, no caso que nos ocupa, elas salientam os temas da justiça, da moral, da consciência, que mostram como o papel do intelectual era concebido como uma missão. A pergunta põe-se: porque chamamos intelectuais a estes *rapazes* na casa dos 20 anos com obra parca, dispersa, de permanência bem duvidosa? Não foram apenas as provas dadas que lhes permitiram assumir o seu papel. Contribuíram também a adesão ao ideário falangista, a destreza com a pena, o espírito culto, mas foi principalmente o reconhecimento entre pares, liderados por Ridruejo, político falangista, que era também Ridruejo, poeta.

A coincidência dos dois papéis na mesma pessoa condicionou a definição do grupo e esse reconhecimento do estatuto de intelectual, nunca negado ou contes-

tado, assumido, como já dissemos, como uma missão que auxiliava a construção de um novo Estado espanhol, foi fundamental para a inserção de alguns dos jovens de Burgos na política oficial do primeiro franquismo. Marcou, em algumas situações, o nascimento do intelectual público, exposto, como no caso de Gonzalo Torrente Ballester, pelos amigos. Ainda que questões muito pragmáticas tenham transformado num famoso fiasco a leitura pública do drama de Torrente *El viaje del joven Tobías*, organizada pelos amigos no gabinete de Ridruejo no Verão de 1938, ela pretendia ser uma espécie de bênção colectiva e iniciática do autor. Numa carta de 3 de Junho de 1941, Dionisio Ridruejo responde a Torrente, que lhe tinha escrito insistindo no pedido de ajuda para a sua sobrevivência literária: «para garantizar tu vida literaria aunque no demos muestras muy evidentes estamos todavía aquí y algo vivos tus amigos» (Gracia, 2007: 68). Estas duas situações são exemplares não só do caso concreto do autor de *Filomeno, a mi pesar* (1988), como da importância da intervenção dos pares no processo de reconhecimento e de ratificação pública do intelectual.

Com o passar dos meses, e com o passar também das oportunidades de iniciar a construção do novo modelo de Estado, instala-se entre os membros do grupo a certeza da desilusão com o projecto franquista. A vida pública nem sempre é reflexo da vida interior, e a evolução íntima teve ritmos distintos em cada protagonista. «Desde los años cincuenta empiezan a dar indicios externos de cambios que han sido internos, mentales, y lo hacen en forma aún tímida, porque el cambio interior es presumiblemente, y todavía, tímido también» (Gracia, 2004: 219).

Tem-se tentado ler na desilusão e no desengano dos jovens falangistas de Burgos perante o franquismo, assim como em algumas posições por eles adoptadas, um substrato liberal que tivesse possibilitado a posterior abertura para a mudança. Segundo Jordi Gracia, «en la posguerra, o en el *quindenio negro*, ni fueron liberales ni aguaron su fascismo étlico con concesiones a la galería derrotada» (Gracia, 2004: 219). Para Santos Juliá (2005), Falange e liberalismo foram sempre incompatíveis, e reconhecer ao partido único e aos seus militantes mais destacados um património liberal é fruto de uma percepção condicionada pelo tempo e pelo ponto a partir do qual se olha para trás. Às vezes, a memória inventa o passado (cf. Juliá, 2004); descortinar algo que lá não está não é necessariamente fruto de uma «impostura»; «[l]a memoria, como la historia, siempre está en relación con preguntas y exigencias planteadas por el tiempo presente» (Juliá, 2002: 11), e nesse presente de onde falam os protagonistas de então, encontramos já homens que «en el momento de recordar, habían llegado a ser liberales y hasta demócratas» (*Idem*).

O historiador faz a genealogia do sintagma «Falange liberal» e fala mesmo da sua *invenção*. Por isso, à pergunta-título «¿Falange liberal o intelectuales fas-

cistas?» (*idem*: 4), a resposta é que o liberalismo não é compatível com o projecto fascista da FE.

A direita era uma direita «antiliberal», «[c]omo lo fue José Antonio Primo de Rivera desde el principio» (Penella, 2006: 37)<sup>21</sup>. Mas talvez não até ao final. Àqueles que leram nos escritos de prisão, onde o fascismo aparece como algo «remoto» (Payne, 2008: 321), uma mudança ideológica em que sobressaía o seu «humanismo», Stanley Payne responde relativizando essa posição indemonstrável:

Resultaría agradable creer que algunas de las observaciones políticas que expresó entre agosto y septiembre de 1936 revelaban al «auténtico» José Antonio, representando un cambio fundamental, pero esto no se puede probar de manera definitiva y, por tanto, nunca se sabrá. (Payne, 2008: 330)

O que, sim, se sabe ao certo é que o legado mental e ideológico do *Ausente* foi durante muito tempo a bíblia imaterial dos jovens falangistas que procuravam concretizar a proposta do líder e levar a boa-nova a todas as partes. Por isso, quando alguns identificam vestígios liberais no afastamento do franquismo protagonizado pelos mesmos nomes que o apoiaram, é porque não vêem que «en realidad fue el fracaso de un proyecto de fascistización, el más avanzado de los que nunca se plantearon en España» (Juliá, 2002: 13). No meio do ambiente de euforia vivido no pós-guerra, instala-se na Falange intelectual esse sentimento de perda de oportunidade, a certeza de se estar a ser ultrapassado por outros – o exército e a Igreja –, a frustrante convicção do paradoxo de se ter vencido a guerra e de não se deter o poder (cf. *idem*: 8).

Os intelectuais falangistas unidos à volta do triunvirato identificado por Santos Juliá «Laín-Tovar-Ridruėjo»<sup>22</sup> tiveram certa relevância durante algum tempo, mas a sua acção foi muitas vezes ineficaz e entre a maioria instaurou-se rapidamente uma sensação de impotência perante o rumo dos acontecimentos. Tal como já referimos, um sentimento de que o esforço da luta não valia a pena, porque o seu projecto ideal, forjado nos anos da República com José Antonio, se tinha esfumado perante o curso inexorável dos acontecimentos sob o comando de Franco. «[A]cabaron en parte reclusos en sus cátedras o teniendo responsabilidades fugaces y nada fáciles» (Ruiz Carnicer, 2001: 162). Aos poucos, foram sendo afastados dos cargos públicos que ocupavam (Dionisio Ridruėjo demitiu-se de todos os cargos políticos em 1942, regressado da frente russa, Pedro Laín Entralgo foi destituído de reitor da Universidade de Madrid em 1956, Gonzalo Torrente Ballester foi afastado da Escola de Guerra Naval, onde dava aulas, e despedido do seu trabalho como crítico teatral no jornal *Arriba* e na Rádio Nacional de Espanha em 1962, Luis López Aranguren foi expulso da cátedra de Ética e

Sociologia em 1965...), e o tempo e as vicissitudes individuais levaram-nos a um caminho que conduz a posições liberais, mas que nasce na experiência da mais profunda convicção fascista de que os textos de imprensa de 1936-39 são prova definitiva.

Eles foram uma espécie de fascistas ideais: vigorosos e apaixonados,

[a]spiran a ser los hombres nuevos de un Estado nuevo que lo tiene todo en la cabeza y vela por el bien de todo y todos. Son jóvenes y cultos y han sido lectores de Ortega, de Spengler y de Sorel, conocen el fascismo italiano y la Alemania nazi, se sienten innegablemente afines a los esencialismos de las jerarquías autoritarias de Eugénio d'Ors y los efluvios violentos de Curzio Malaparte. (Gracia, 2004: 221)

Segundo Ricardo Gullón, o curso da História transformou essa vitalidade fundacional da geração de 1936: «La nuestra ha sido una generación demasiado seria, en la vida y en la obra. E inicialmente no era así, sino vital, jubilosa, anhelante de participar y de comunicar» (Gullón, 1969: 165).

Aquilo a que Gullón se refere talvez seja o sinal da «perda da inocência», conhecida a inviabilidade do projecto falangista e a derrota do nazismo e do fascismo, a que Gracia chamou também, no caso de Ridruejo, tardio final da adolescência (cf. Gracia, 2004: 248 e 250).

Dionisio Ridruejo viveu talvez o mais prematuro e radical percurso de afastamento do franquismo. Depois de ter lutado junto da *Wehrmacht* na frente russa em 1940-41, integrando a força de voluntários espanhóis que ficaria conhecida como a Divisão Azul, regressa à Espanha de Franco e, de desilusão em desilusão, apercebe-se de que o caminho iniciado pelo Generalíssimo está longe dos projectos falangistas que ele tinha abraçado com a franca e genuína fé do jovem militante. Em 1942, escreve uma carta a Franco, cujas duras consequências o surpreendem alguns meses mais tarde, quando o levam, algemado, para Ronda. Ridruejo rompe com o regime, porque este não era suficientemente falangista joseantoniano, *i.e.* fascista: «[l]a temprana deserción o desengaño de Ridruejo [...] no tiene que ver con su *liberalismo*, sino lo contrario, con su fascismo y su rigidez doctrinal con respecto a lo que debe ser el mando de Falange» (Gracia, 2004: 238-9). Mas a dissonância aí iniciada levá-lo-ia até à social-democracia. Foi o dissidente mais dissidente. Quando nos anos de 1950 e 1960 se tornou «un residente habitual de las cárceles del franquismo», nenhum dos seus companheiros de geração estava a seu lado, mas sim os jovens estudantes universitários «que después habrían de regir los destinos intelectuales y políticos de España» (Penalva, 2001: 122). O empenhado militante-poeta que contribuíra com dois versos para o hino falangista *Cara al sol*<sup>23</sup> mostrou nos anos da maturidade uma «profunda determinación moral de no

repetir los errores de su juventud, reparando sus daños y haciendo lo que pudiera por darle a España un futuro responsable y democrático» (Payne, 2008: 40).

Num breve relato biográfico, este foi o líder informal do grupo de intelectuais que nos trouxe aqui. A sua figura esguia situa-se, acidentalmente ou não, ao centro da nossa fotografia, ladeado à esquerda e à direita por três dos companheiros, marcando o equilíbrio geométrico como marcou também a geometria da integridade moral e intelectual.

«[C]omo un hormiguero patético de bichos perdidos en un delirio contra la lógica de la historia y de la razón» (Gracia, 2004: 385), foram um grupo intelectual combatente e combativo por um sonho totalitário fascista. Mas «[l]ejanos están los tiempos en que se veía con ojos muy críticos toda la producción intelectual y cultural bajo el franquismo, toda ella bajo sospecha» (Ruiz Carnicer, 2001: 156). Já não pode haver suspeitas: eles foram os responsáveis por ter havido, apesar de tudo, alguma dignidade cultural durante o primeiro franquismo. O tempo haveria de os ver percorrer outros caminhos e chegar a um novo lugar, onde puderam continuar a exercer a sua função de intelectuais ao serviço, já não de um programa político, mas de maduras convicções cívicas individuais.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Jordi Gracia descreve uma conferência dada por Laín na Universidade de Bona, em 1939, em que defendia que só «la nueva generación de 1936» era a genuína representante do «verdadero espíritu español» (Gracia, 2004: 228).
- <sup>2</sup> Trapiello faz um comentário muito interessante, que poderia servir de guião a um estudo que confrontasse as duas *intelligentsia*, de esquerda e de direita: «A los intelectuales republicanos parece interesarles España. A los nacionalistas, más la patria, o sea, una bandera» (Trapiello, 1994: 229).
- <sup>3</sup> O seu ensaio «Die literarischen Generationen» foi traduzido para a língua espanhola por Carlos Silva e publicado em: Ermatinger (1946), *Filosofía de la ciencia literaria*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, pp. 137-193. Sobre a importância do trabalho de Petersen na definição das gerações literárias espanholas vd. Christopher Soufas (2002), «Julius Petersen and the Construction of the Spanish Literary Generation», *Bulletin of Spanish Studies*, vol. 79, n.ºs 2-3, pp. 247-262.
- <sup>4</sup> *España Peregrina* foi o título de uma revista editada pela Junta de Cultura Española no México. De periodicidade mensal, o primeiro de nove números apareceu em Fevereiro de 1940. Num artigo publicado na revista *Tajo*, em 1940, Gonzalo Torrente Ballester conta: «Por esos mundos de Dios, desgarrada y amarga, anda la *España Peregrina*» («Presencia en América de la España fugitiva», *Tajo*, 10, 3-8-1940, p. 5).
- <sup>5</sup> O caso dos irmãos Machado, Antonio e Manuel, é exemplar das duas situações. A guerra surpreendeu-os, literalmente, em lugares ideologicamente diferentes, o que fez de Manuel um escritor nacionalista e de Antonio um poeta republicano (cf. Trapiello, 1994: 230).
- <sup>6</sup> A 2 de Novembro de 1933 foi fundada a Falange Española, tendo como presidente Julio Ruiz de Alda (Penella, 2006: 113).
- <sup>7</sup> Recorde-se que nas últimas eleições gerais, de 16 de Fevereiro de 1936, a FE teve apenas 44 466 votos, o correspondente a 0,4% do total, e não obteve nenhum mandato (cf. Penella, 2006: 323). «Falange, un partido sin representación parlamentaria en las últimas Cortes, contaba con 2000 afiliados en 1936 y había pasado, un año después, a 200 000» (Trapiello, 1994: 202).
- <sup>8</sup> «Mientras los partidos de izquierda, anarquistas, socialistas, comunistas, republicanos, nacionalistas o plumistas luchaban cada uno por su cuenta y en sus “territorios” y áreas de influencia, los nacionalistas consiguieron meter en un solo partido a carlistas, monárquicos, fascistas, falangistas y cedistas católicos más integristas. Ni siquiera tuvieron que inventarse uno, sino que aprovecharon el ya existente: FE de las JONS pasó a llamarse, en abril de 37, Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista» (Trapiello, 1994: 201).
- <sup>9</sup> «Dice Serrano [Suñer] que ese día había acabado el falangismo y empezado el franquismo» (Trapiello, 1994: 202).
- <sup>10</sup> S. Payne (1998): *Franco y José Antonio: el extraño caso del fascismo español. Historia de la Falange y del Movimiento Nacional 1923-1977*, Barcelona. E (2008), «El fascismo español: ¿un caso extraño?», *España. Una historia única*, pp. 333-350.
- <sup>11</sup> A data consensual entre os historiadores é o «amanecer del día 20 de noviembre» (Payne, 1965: 115). No entanto, o decreto que declara o dia 20 de Novembro Dia dos Caídos diz que José Antonio foi fuzilado «el día 19 de Noviembre de 1936» (García-Nieto & Donézar, 1974: 392).
- <sup>12</sup> Trata-se também de um apodo que contrasta com o grito de *¡presente!* que funcionava como uma espécie de declaração de fé e de compromisso dos militantes falangistas.

- <sup>13</sup> Dionisio Ridruejo entrou com as tropas franquistas em Barcelona em Janeiro de 1939 (cf. Gracia, 2007: 574).
- <sup>14</sup> Nem todos são benevolentes com a mudança ideológica dos intelectuais fascistas, como o romanista Javier Marías: «[...] cada vez que yo u otros hemos intentado que se conocieran hechos comprobados o citas literales de algunos de nuestros escritores durante la Guerra o después, tanto la derecha como la izquierda han hecho llover sobre nosotros chuzos de punta. [...] que cómo nos metíamos con figuras que “luego” habían sido muy democráticas y antifranquistas, como si la encomiable rectificación de antiguas posturas vergonzosas obligara a dar éstas por no existidas y a silenciarlas o falsearlas eternamente.
- «En este país grotesco, ni la derecha ni la izquierda tienen el menor interés en que se sepa la verdad, y ambas están aún dedicadas a maquillarla a su favor; cuando no a tergiversarla con desfachatez. No cuente usted lo que escribieron o hicieron Cela, Laín Entralgo, Tovar Maravall, Ridruejo, Sánchez Mazas, D’Ors, Giménez Caballero o Foxá, porque no fue nada malo, exclama la derecha, o empezó a serlo sólo cuando se apartaron del falangismo o de la dictadura, los que lo hicieron. No cuente usted lo que escribieron o hicieron Aranguren, Haro Tecglen o Torrente Ballester, porque acabaron siendo muy “progres” y amigos nuestros, exclama la izquierda indignada, y menos aún Bergamín, que fue rojo del principio al fin» (Marías, 2006: 110).
- <sup>15</sup> O Grupo de Burgos era «una suerte de segregada “reserva literaria”, un *ghetto* al revés, un aderezo para el lucimiento, sólo políticamente aceptable mientras no tratase de intervenir en las decisiones “serias”. Los verdaderos titulares del mando nunca pasaron y nunca pasarían de tolerarnos» (Laín Entralgo, 1989, p. 235).
- <sup>16</sup> Sobre este assunto é capital o estudo de César Antonio Molina (1990), *Medio siglo de Prensa literaria española (1900-1950)*, Madrid: Endymion.
- <sup>17</sup> Segundo o estudo introdutório a *República, periodismo y literatura*, à guerra só sobreviveram três dos dezoito títulos diários que se publicavam na capital durante a República (cf. Gutiérrez Palacio, 2005: 21). «Las únicas cabeceras madrileñas anteriores a 1936 que sobrevivieron al fin de la guerra fueron *ABC*, *Ya* e *Informaciones*» (Fuentes & Fernández Sebastián, 1997: 254).
- <sup>18</sup> O caso de Gonzalo Torrente Ballester é exemplar e foi apresentado por Ana María Gómez-Elegido em «El Compromiso político de un escritor durante la guerra: los artículos de Gonzalo Torrente Ballester como colaborador nacional». Texto em: [http://www.secc.es/media/docs/18\\_2\\_GOMEZ\\_ELEGIDO.pdf](http://www.secc.es/media/docs/18_2_GOMEZ_ELEGIDO.pdf) (consultado em 9 de Março de 2009).
- <sup>19</sup> Penella distingue «tres caras del falangismo» (Penella, 2006: 347), que são, de facto, três estratos distintos de militância e empenho nos propósitos. No primeiro grupo estava a minoria, os ilusionados seguidores de José Antonio, que ao longo dos anos, durante a travessia do deserto republicano, assimilaram «el incompleto bagaje doctrinal de la Falange Teórica» (*idem, ibidem*). Pessoas «intelectualmente exitadas», que viam na guerra o motor da revolução. No segundo grupo, Penella situa «los militantes “peleones” y poco dados a refinamientos intelectuales» (*idem*: 348), um grupo mais numeroso que vivia na emoção da luta concreta, de pistola em punho. Finalmente, o último grupo, «la masa de los nuevos que se incorporaron a la Falange empujados por la guerra» (*idem*: 350), pessoas de direita que não se identificavam nem com os monárquicos nem com os católicos da CEDA mas, principalmente, por novos militantes, a que Penella chama «insurgentes geográficos»: liberais, socialistas, anarquistas «que vieron una escapatoria en la Falange» (*idem*: 350). Segundo o historiador, a Falange era mais «acolhedora» que outros partidos de direita, e não excluía ninguém pelo seu passado: «Al verse de la noche a la mañana en “zona nacional”, muchos, para no correr el riesgo de ir a parar, por sus antecedentes, a la lista negra de los desafectos, buscaron cobijo en las filas de Falange



Española de las JONS, mucho más hospitalaria que las otras fuerzas del conglomerado insurgente. [...] Si la guerra los hubiera pillado en la otra zona, se habrían alineado del lado de la República» (Penella, 2006: 350).

- <sup>20</sup> A antologia elaborada por Fernando Díaz Plaja (1979), *Si mi pluma valiera tu pistola*, Barcelona: Plaza y Janés, é um excelente mostruário das artes retóricas e do tom que perpassa nos artigos jornalísticos de autores dos dois lados em confronto.
- <sup>21</sup> Sobre o suposto liberalismo de José Antonio, que Penella nega rotundamente, escreve: «En el caso de José Antonio, algunos han visto liberalismo donde solo había “buena educación”. Y en busca de su liberalismo, algunos comentaristas, ya mitificada su figura, se empeñaron en verlo en su falta de saña o vengatividad, sin recordar que, ante todo, se comportaba como un gran señor y que, como su padre, no carecía de rasgos de bondad. Lo que puede dar una falsa impresión de “liberalismo”» (Penella, 2005: 66).
- <sup>22</sup> Trapiello refere-se ao grupo Eugenio Montes, Augustín de Foxá e Rafael Sánchez Mazas como «el triunvirato literario de la Falange» (Trapiello, 1994: 220).
- <sup>23</sup> São-lhe atribuídos os versos *volverán banderas victoriosas / al paso alegre de la paz* (cf. Penella, 2006: 372, e Trapiello, 1994: 203).

## BIBLIOGRAFIA

- DÍAZ PLAJA, Guillermo (1966), *Memoria de una generación destruida (1930-1936)*, Barcelona: Delos-Aymá.
- DÍAZ, María Eugenia (08.01.1978), «Gonzalo Torrente Ballester: “Durante la guerra me acomodé a la realidad existente porque necesitaba salvar mi pelleja”», pp. 8-12.
- FUENTES, Juan Francisco e FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (1997), *Historia del periodismo español*, Madrid: Editorial Síntesis.
- GARCÍA-NIETO, María Carmen; DONÉZAR, Javier (1974), *Bases documentales de la España contemporánea*, vol. 10: *La guerra de España de 1936 a 1939*, Madrid: Guadiana de Publicaciones.
- GRACIA, Jordi (2007), *El valor de la disidencia. Epistolario inédito de Dionisio Ridruejo. 1933-1975*. Barcelona: Planeta.
- \_\_\_\_\_ (2004), *La resistencia silenciosa*. Barcelona: Anagrama.
- GULLÓN, Ricardo (1969), «La invención del 98», *La invención del 98 y otros ensayos*, Madrid: Editorial Gredos, pp. 7-19.
- \_\_\_\_\_ (1969), «La generación de 1936», *La invención del 98 y otros ensayos*, Madrid: Editorial Gredos, pp. 162-177.
- GUTIÉRREZ PALACIO, Javier (2005), *República, periodismo y literatura*, Madrid: APM; Centro Universitario de Villanueva; Editorial Tecnos.
- JULIÁ, Santos (2004), «La Falange liberal o de cómo la memoria inventa el pasado», in *Autobiografía en España, un balance*, Hermosilla Álvarez e Fernández Prieto, Madrid: Visor Libros, pp. 127-144.
- \_\_\_\_\_ (2002), «¿Falange liberal o intelectuales fascistas?», in *Claves de Razón Práctica*, n.º 121, Abril, pp. 4-13.
- LAÍN ENTRALGO, Pedro [1976] (1989), *Descargo de conciencia (1930-1960)*, Madrid: Alianza.
- MARÍAS, Javier (10.09.2006), «Un país grotesco», *El País Semanal*, p. 110.
- PENALVA, Joaquín Juan (2001), «Descargos, diarios y palinodias: algunos ejemplos de literatura memorialística en la generación del 36», in *Anales de Literatura Española*, n.º 14, pp. 97-133.
- RIDRUEJO, Dionisio (1976), *Casi unas memorias*, Barcelona: Planeta.
- RUIZ CARNICER, M. A. (2001), «La cultura del poder. Propaganda en la alta manera». *La España de Franco (1939-1975)*, Madrid: Editorial Síntesis, pp. 155-168.
- SEOANE, María Cruz; SÁIZ, María Dolores (1996), *Historia del periodismo en España. 3. El siglo XX: 1898-1936*, Madrid: Alianza Editorial.
- TRAPIELLO, Andrés (1994), *Las armas y las letras*, Barcelona: Editorial Planeta.
- VEGA DÍAZ, Francisco (12.02.1984), «Los “siete magníficos”», *El País*, p. 24.